



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

**TARDE**

**TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA  
NOTIFICAÇÃO E ATOS INTIMATÓRIOS**  
NÍVEL MÉDIO TIPO 1 – BRANCA



**SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



**TEMPO**

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

## Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

1

Uma das marcas do texto argumentativo é a presença de certas estratégias que pretendem modificar as ideias do receptor sobre uma tese. A seguir aparecem algumas dessas estratégias.

Assinale a opção em que a definição da estratégia apresentada está corretamente aplicada ao seguinte texto:

“Segundo o Greenpeace, a perfuração do Ártico causará um dano irreversível para o planeta”.

- (A) Apresentação de um caso particular que serve de ilustração do ponto de vista do emissor.
- (B) Inclusão no texto de palavras de um especialista no tema para apoiar com maior força a opinião do emissor.
- (C) Presença de uma pergunta cujo objetivo não é a resposta por parte do receptor, mas a provocação de sua reflexão.
- (D) Citação de uma informação numérica real que ilustra uma ideia que se está defendendo.
- (E) Comparação de elementos que se relacionam por sua semelhança.

2

Todos os pensamentos abaixo mostram conectores sublinhados.

Assinale a frase que mostra o significado textual desse conector de forma correta.

- (A) Um marido não deve nunca dormir primeiro nem se levantar por último / relação adversativa.
- (B) Ele e eu tínhamos um escritório tão pequeno, que um centímetro a menos seria uma tragédia / relação de consequência.
- (C) Trabalhar dia e noite é como habitar o inferno sem poder de lá sair.
- (D) Se não puder abraçar as crianças, guarde-as em seu coração / relação de finalidade.
- (E) Nunca ajude uma criança a fazer a sua tarefa enquanto ela sentir que pode ser bem-sucedida sozinha. / relação de comparação.

3

As orações adjetivas podem ter valor restritivo ou explicativo em relação ao termo anterior.

Assinale a opção em que a oração sublinhada tem valor explicativo.

- (A) Casamento é um romance em que o herói cresce com o passar do tempo.
- (B) Um casamento bem-sucedido é um edifício que deve ser reconstruído cada dia.
- (C) Chama-se família a um grupo de indivíduos unidos pelo sangue, que sempre se dão bem uns com os outros.
- (D) Um casamento feliz é uma longa conversa que sempre parece curta demais.
- (E) Aquele que pula a cerca está sujeito a aterrissar em qualquer lugar.

4

Assinale a frase que não mostra qualquer traço de subjetividade.

- (A) As sociedades modernas devem orgulhar-se da abolição da escravidão.
- (B) O Planeta Terra gira em torno do Sol.
- (C) Nada mais lindo do que as feurinhas da pessoa amada.
- (D) Creio que a vida poderia ser melhor para todos.
- (E) É melhor ter amado e ter perdido, do que nunca ter perdido nada.

5

Assinale a frase em que o termo sublinhado não mostra valor geral, mas específico.

- (A) Mulheres nem sempre são frágeis.
- (B) Toda mulher pretende trabalhar e ser independente.
- (C) Livros são companheiros inseparáveis.
- (D) A mulher é um enigma que não se consegue decifrar.
- (E) A mulher amada não sai da cabeça do apaixonado.

6

Observe a seguinte frase do escritor latino Ovídio:

“O homem, algumas vezes pode ser convencido. Essa é a primeira regra do jogo”.

A maneira de reescrever essa frase que modifica o seu sentido original, é:

- (A) Essa é a primeira regra do jogo: o homem, algumas vezes, pode ser convencido.
- (B) A primeira regra do jogo é esta: o homem, algumas vezes, pode ser convencido.
- (C) O homem, ele, algumas vezes, pode ser convencido: essa é a primeira regra do jogo.
- (D) O homem pode ser convencido. Essa é, algumas vezes, a primeira regra do jogo.
- (E) O homem, essa é a primeira regra do jogo, algumas vezes pode ser convencido.

7

Muitas vezes perdemos a confiança nos argumentos de uma pessoa por verificar que ela produz argumentos falsos por razões pessoais pouco dignas.

É o que acontece no seguinte exemplo:

- (A) Houve enormes filas nos cinemas para ver Indiana Jones; esse foi um grande filme.
- (B) Segundo Rosa, a melhor alimentação que existe é a vegetariana, mas suas opiniões não são válidas, pois ela é carnívora.
- (C) O Senador sustenta que o feminicídio deve ser condenado com a pena máxima; uma irmã do Senador foi morta e por isso ele é tão rigoroso.
- (D) Necessita-se para o emprego de alguém com bons antecedentes, mas como João não apresentou documentos, ele não está apto para o emprego.
- (E) Meu primo está nos propondo um negócio, mas não deve ser bom negócio porque ele é muito ignorante.

**8**

Assinale a opção que apresenta uma premissa seguida de uma conclusão.

- (A) Provavelmente choveu durante a noite / as ruas amanheceram alagadas.
- (B) Os preços nos supermercados estão muito altos / a população deve estar com dificuldades.
- (C) O leite está há mais de meia hora no fogo / o leite derramou da panela no fogo.
- (D) Você nunca recuperará seus arquivos / seu PC está sem um antivírus.
- (E) Alguma peça do meu carro está estragada / meu carro está fazendo muito barulho.

**9**

Em todas as opções a seguir foram escritas duas frases, que foram unidas numa só frase, subordinando a segunda à palavra sublinhada na primeira.

Assinale a opção em que esse processo de reescritura apresenta erro.

- (A) A formatura foi emocionante. / Os convidados assistiram a ela comovidos. = A formatura a que todos assistiam foi emocionante.
- (B) Aconteceu um acidente. / Nós o tínhamos avisado do perigo. = O acidente sobre o qual tínhamos avisado, aconteceu.
- (C) Foram experiências fantásticas. / Nunca nos esqueceremos daquelas experiências. = Foram experiências fantásticas que nunca nos esqueceremos.
- (D) Estamos comprando novos livros. / Serão incorporados à nossa biblioteca. = Estamos comprando novos livros que serão incorporados à nossa biblioteca.
- (E) A bebida é um vício. / Devemos abster-nos desse vício. = A bebida é um vício do qual devemos abster-nos.

**10**

As opções a seguir mostram frases que foram reescritas com a introdução de um conectivo adequado em seu início.

Assinale a frase em que esse conectivo é inadequado ao sentido da frase.

- (A) Não houve sorteio da rifa; os donos do quadro cancelaram o processo / Já que não houve sorteio da rifa, os donos do quadro cancelaram o processo.
- (B) Havia muita gente na praça; os bandidos não consumaram o assalto / Uma vez que havia muita gente na praça, os bandidos não consumaram o assalto.
- (C) O empregado não chegou no horário; tivemos que multá-lo / Apesar de o empregado ter chegado no horário, tivemos que multá-lo.
- (D) Esse jogador é muito bom, mas não foi convocado para a seleção / Mesmo sendo um jogador muito bom, não foi convocado para a seleção.
- (E) Muitas pessoas jogam lixo nas ruas; por isso elas ficam cada vez mais sujas / Em virtude de muitas pessoas jogarem lixo nas ruas, elas ficam cada vez mais sujas.

**11**

O raciocínio a seguir que não apresenta qualquer problema de estruturação argumentativa, é:

- (A) Todos os jovens gostam de samba. Guilherme gosta de samba, o que significa que Guilherme é jovem.
- (B) Todos vamos ser aprovados no concurso, a menos que deixem de estudar. Mas sei que vamos passar, de modo que não vão deixar de estudar.
- (C) Todo jogador admira o Pelé. O nosso companheiro diz ser tenista e não futebolista, no entanto, na casa dele há fotos do Pelé. Ele deve ser jogador de futebol.
- (D) A televisão anda divulgando mentiras e preconceitos; por isso a sociedade brasileira está em decadência, graças a essa diabólica invenção.
- (E) Os técnicos de futebol são muito supersticiosos; Juca é técnico do time de nosso bairro e é cheio de mandingas.

**12**

Todas as frases a seguir mostram a modificação da voz passiva com auxiliar para voz passiva pronominal (com o pronome se).

Assinale a frase em que houve erro na modificação.

- (A) É necessário que sejam construídos outros prédios / É necessário construir-se outros prédios.
- (B) Foi modificado o projeto de aposentadoria / Modificou-se o projeto de aposentadoria.
- (C) Têm sido descobertas, nos dias de hoje, vacinas para doenças graves / Tem-se descoberto, nos dias de hoje, vacinas para doenças graves.
- (D) Seriam realizadas eleições no segundo semestre / Realizar-se-iam eleições no segundo semestre.
- (E) Foi importada, na semana passada, complicada aparelhagem odontológica / Importou-se, na semana passada, complicada aparelhagem odontológica.

**13**

Assinale a opção em que o segmento sublinhado foi substituído corretamente por um só termo, construído com a ajuda de um prefixo.

- (A) Tudo isso ocorreu num período anterior ao matrimônio / antimatrimonial.
- (B) O debatedor mostrou sua posição a favor do divórcio / pré-divorcista.
- (C) Era uma medida que não estimulava o consumo / inestimulante ao.
- (D) A figura humana na escultura grega é apresentada quase nua / seminua.
- (E) A cidade comemorou duzentos anos de fundação / hipercentenário.

**14**

Assinale a frase em que o segmento sublinhado foi substituído corretamente por um verbo de significado equivalente.

- (A) O enforcamento de Tiradentes é anterior à nossa independência / antecipa nossa independência.
- (B) A população ficou revoltada com as medidas / revolucionou-se com as medidas.
- (C) Este vinho é proveniente de Portugal / provém de Portugal.
- (D) O deputado é integrante da comissão / inteira a comissão.
- (E) Suas declarações são relativas a esse episódio / relativizam esse episódio.

15

Em todas as frases a seguir há a substituição de uma construção adversativa por uma construção concessiva.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) A empresa já mandou as malas, mas a loja ainda não as recebeu / Apesar de a empresa já ter mandado as malas, a loja ainda não as recebeu.
- (B) O marido reagiu com raiva, mas a esposa não o condenou por isso / O marido reagiu com raiva, embora a esposa o tivesse condenado por isso.
- (C) Minha família é grande, mas os membros não são indiferentes / Ainda que minha família seja grande, os membros não são indiferentes.
- (D) Meu pai é bastante velho, mas goza de boa saúde / A despeito de ser bastante velho, meu pai goza de boa saúde.
- (E) Moramos no mesmo bairro, mas raramente nos vemos / Não obstante morarmos no mesmo bairro, raramente nos vemos.

16

Assinale o par de frases a seguir cuja modificação de estrutura **não** traz mudança de significado.

- (A) Ele não prometeu visitar o museu / Ele prometeu não visitar o museu.
- (B) Até o porteiro admitiu que o morador exagerou / O porteiro até admitiu que o morador exagerou.
- (C) Disse finalmente que iria terminar o noivado / Finalmente disse que iria terminar o noivado.
- (D) Apenas o secretário não compareceu ao evento / O secretário apenas não compareceu ao evento.
- (E) Nós temos de terminar a tarefa um dia / Um dia temos de terminar a tarefa.

17

Assinale a frase em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome **O** ou **LHE** está correta.

- (A) O empregado ficou trancado no escritório e ninguém foi buscar o empregado / O empregado ficou trancado no escritório e ninguém **LHE** foi buscar.
- (B) Os meninos contaram o filme para os colegas / Os meninos **O** contaram para os colegas.
- (C) Devemos lembrar àquele policial que ele não pode fazer o que está fazendo / Devemos **O** lembrar que ele não pode fazer o que está fazendo.
- (D) Foi solicitado ao vendedor que trocasse o produto / Foi solicitado ao vendedor que **O** trocasse.
- (E) Entregamos as vacas ao fazendeiro / Entregamo-**LO** as vacas.

18

Em todas as opções a seguir foram unidas duas frases com a ajuda do conectivo **CUJO** (e flexões).

Assinale a opção em que isso foi feito de forma **incorreta**.

- (A) O turista dirigiu-se à delegacia policial. Sua mochila tinha sido roubada / O turista, cuja mochila tinha sido roubada, dirigiu-se à delegacia policial.
- (B) O técnico repreendeu o defensor. A atuação do defensor tinha sido péssima / O técnico repreendeu o defensor cuja atuação tinha sido péssima.
- (C) Jorge Amado é um romancista. Seus livros a todos agradam / Jorge Amado, cujos livros agradam a todos, é um romancista.
- (D) Jesus Cristo foi um líder. Suas palavras até hoje nos servem de guia / Jesus Cristo, cujas palavras nos servem de guia, foi um líder.
- (E) Gostaria que todos conhecessem o autor do livro. Considero sua obra uma verdadeira aula de como escrever / O livro, cujo autor gostaria que todos conhecessem, é uma verdadeira aula de como escrever.

19

Todas as frases abaixo mostram o termo sublinhado no singular; na frase a seguir esses termos foram pluralizados. Assinale a opção em que essa modificação foi feita de forma **incorreta**.

- (A) Não pode haver dificuldade insuperável / não podem haver dificuldades insuperáveis.
- (B) Há de existir um outro planeta habitável / hão de existir outros planetas habitáveis.
- (C) Ainda ficou por resolver uma questão da prova / Ainda ficaram por resolver umas questões da prova.
- (D) Já faz um ano que cheguei / Já faz anos que cheguei.
- (E) Aqui está o seu carro / Aqui estão os seus carros.

20

Todas as opções a seguir mostram uma oração adjetiva sublinhada.

Assinale aquela opção em que essa oração foi substituída de forma adequada por um adjetivo.

- (A) Os preços vão melhorar na semana que vem / superveniente.
- (B) A montanha é um obstáculo que não se pode transpor / transponível.
- (C) Nossos adeptos são membros do partido que atuam nas comunidades em que vivem / atores.
- (D) Professor que tem competência deve ser protegido / competidor.
- (E) Estamos numa sociedade que carece de educação / carente.

21

Juntamos as duas frases nas opções a seguir.

Assinale a opção em que a junção foi feita de forma gramaticalmente adequada.

- (A) Estas são as regras da empresa. Devemos obedecer a essas regras / Estas são as regras que devemos obedecer.
- (B) Estes são os fatos. A imprensa deve lembrar-se deles / Estes são os fatos que a imprensa deve lembrar-se.
- (C) As provas do concurso foram fáceis. Nós nos referimos a elas / As provas de concurso, a que nós nos referimos, foram fáceis.
- (D) A cidade é muito provinciana. Você mora na cidade / A cidade que você reside é muito provinciana.
- (E) O ministro apresentou ideias novas. Discordamos das ideias do ministro / O ministro apresentou ideias novas que discordamos.

**22**

Observe o seguinte texto:

“Degelo. Uma ideia luminosa para degelar o congelador em tempo recorde: esvaziar a geladeira e com o secador de cabelo insuflar ar quente na zona congelada, canos e tubos que rodeiam o freezer. Tudo cairá rápido em função do vento produzido pelo aparelhinho elétrico que, deste modo, destruirá a sua fama frívola e abreviará o tempo da tarefa aborrecida de limpar a geladeira”.

Todos os textos mostram alguma finalidade; no caso do texto acima, essa finalidade é

- (A) noticiar fatos novos ocorridos há pouco tempo.
- (B) instruir os leitores de como realizar uma tarefa.
- (C) ensinar algo de cultura.
- (D) narrar uma sequência de fatos.
- (E) defender um argumento.

**23**

Assinale a frase em que **não** ocorre o caso de uma redundância desnecessária de palavras.

- (A) Cada candidato, individualmente, deve sentar-se no local indicado pelo fiscal.
- (B) Alguns candidatos sairão, depois do tempo previsto, sucessivamente, um após outro.
- (C) A campanha é um sintoma indicativo de que o tempo da prova terminou.
- (D) Os candidatos possivelmente poderão ver os gabaritos em poucos dias após a prova.
- (E) Alguns candidatos saem da sala de prova somente para beber água.

**24**

Todas as frases a seguir mostram o advérbio NÃO seguido de uma forma verbal; essa expressão não + verbo foi substituída por um só verbo de valor equivalente.

Assinale a opção em que essa substituição foi mal realizada.

- (A) O jogador não falou diante do árbitro / acovardou-se.
- (B) Os técnicos não gostam de alguns juízes / detestam.
- (C) O goleiro não continuou a reclamação / interrompeu.
- (D) O time não aceitou a marcação da falta / contestou.
- (E) O zagueiro não seguiu as instruções / desobedeceu.

**25**

Todas as opções abaixo mostram orações substantivas que foram substituídas por substantivos de significado equivalente.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Quem não cuida acaba perdendo o bem / o desleixado.
- (B) Quem vive sozinho acaba aborrecido / o solitário.
- (C) Quem aceita não muda nada / o conformado.
- (D) Quem se rebela não acata ordens / revolucionário.
- (E) Quem vive triste morre triste / o melancólico.

**26**

Assinale a frase que mostra um problema de construção denominado ambiguidade.

- (A) Comi o risoto num restaurante refinado.
- (B) Vi o quadro e o pintor que aprecio muito.
- (C) A empregada lavou na pia a louça que encontrou.
- (D) Nunca mais vi sua irmã no supermercado.
- (E) Conheço uma professora francesa de literatura.

**27**

**Educar-se** é o caminho para a vitória na vida, mas não é essa a opinião da maioria sobre a **educação**.

Nessa frase ocorreu a estratégia de alteração do antecedente a fim de evitar-se a repetição de palavras idênticas.

O processo utilizado foi o de:

- (A) Expandir a forma do antecedente.
- (B) Reduzir a extensão física do termo anterior.
- (C) Transformar o verbo em nome.
- (D) Substituir por um sinônimo.
- (E) Flexionar o termo antecedente.

**28**

Assinale a frase que **não** mostra o método indutivo de raciocínio (que parte do particular para o geral).

- (A) Neste sábado houve recorde de público na praia; na semana próxima vamos fazer mais sanduíches para venda.
- (B) A rodovia Rio-São Paulo engarrafou ontem; na próxima viagem vamos de avião.
- (C) Comprei um livro francês bem caro; vou procurar edições espanholas, que são mais baratas.
- (D) Produtos alimentícios estão muito caros; vamos substituir alguns por outros mais baratos.
- (E) Comprei um computador muito moderno; a tecnologia computacional está em progresso vertiginoso.

**29**

“As reformas que pretende fazer o governo argentino não vão funcionar, pois o presidente é ex-exilado político, não fez nada do que prometeu anteriormente e só obedece às suas manias”.

Nesse caso, o tipo de argumento utilizado é

- (A) uma generalização excessiva.
- (B) uma relação equivocada causa/efeito.
- (C) uma falsa analogia.
- (D) um ataque à pessoa e não ao fato.
- (E) um círculo vicioso.

**30**

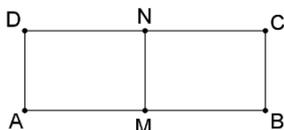
Assinale a frase em que a palavra destacada está empregada em sentido figurado.

- (A) A experiência é uma **chama** que só ilumina queimando.
- (B) Quem inventou o **trabalho** não tinha o que fazer.
- (C) Você deve ganhar **dinheiro** antes de gastá-lo.
- (D) As grandes **dívidas** são privilégio dos ricos.
- (E) O melhor do marketing são bons **preços**.

### Raciocínio Lógico Matemático

31

A figura abaixo mostra o retângulo ABCD com os pontos M e N, médios dos lados AB e CD. As linhas da figura representam as ruas que João percorre em sua caminhada diária.



São conhecidas as medidas:  $AB = 900$  m e  $BC = 300$  m.

No sábado João fez o percurso ABCDA e no domingo, como o tempo não estava bom, fez apenas o percurso AMNDA.

A fração que o percurso de domingo representa do percurso de sábado é:

- (A)  $\frac{1}{2}$
- (B)  $\frac{2}{3}$
- (C)  $\frac{3}{4}$
- (D)  $\frac{3}{5}$
- (E)  $\frac{5}{8}$

32

Uma carrocinha de lanches vende apenas um tipo de sanduíche e sucos diversos todos (os sucos) com mesmo preço. Sabe-se que dois sanduíches e três sucos custam 86 reais e que três sanduíches e quatro sucos custam 122 reais.

Nessa carrocinha, quatro sanduíches e cinco sucos custam:

- (A) 158 reais.
- (B) 160 reais.
- (C) 162 reais.
- (D) 164 reais.
- (E) 166 reais.

33

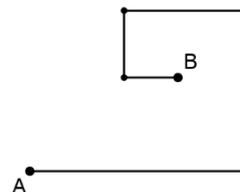
Fernando é aposentado e, neste ano de 2025, ele decidiu, no dia 1º de janeiro, que iria dividir os demais dias do ano em quatro grupos com igual número de dias consecutivos para que, em cada um, pudesse se dedicar a uma atividade diferente.

O primeiro dia do segundo grupo de Fernando é:

- (A) 01 de abril.
- (B) 02 de abril.
- (C) 03 de abril.
- (D) 04 de abril.
- (E) 05 de abril.

34

A figura abaixo mostra uma linha poligonal na qual todos os ângulos são retos. A partir do ponto A, os comprimentos dos segmentos consecutivos são: 16 m, 12 m, 9 m, 5 m, e 4 m.



A distância em metros entre os pontos A e B é de, aproximadamente:

- (A) 11,5.
- (B) 12.
- (C) 12,5.
- (D) 13.
- (E) 13,5.

35

Em um pote há cinco balas sendo duas de menta e três de morango, todas de mesmo aspecto e tamanho. Joãozinho retira, ao acaso, duas balas desse pote.

A probabilidade de que Joãozinho tenha retirado duas balas do mesmo sabor é:

- (A) 20%.
- (B) 30%.
- (C) 40%.
- (D) 50%.
- (E) 60%.

36

Considere a sentença “Se a calça é branca e a camisa é azul, então o sapato é preto”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) A calça não é branca ou a camisa não é azul ou o sapato é preto.
- (B) Se o sapato é preto, então a calça é branca e a camisa é azul.
- (C) Se a calça não é branca e a camisa não é azul, então o sapato não é preto.
- (D) A calça é branca e a camisa é azul e o sapato não é preto.
- (E) Se o sapato não é preto, então a calça não é branca e a camisa não é azul.

37

Em um grupo de 20 pessoas, 15 estão usando óculos e 12 estão usando boné.

Nesse grupo, o número de pessoas que estão usando óculos e não estão usando boné é, no máximo,

- (A) 12.
- (B) 8.
- (C) 7.
- (D) 5.
- (E) 3.

**38**

Considere os números racionais  $a = 10$ ,  $b = 15$  e  $c = 20$ .

Suponhamos que  $a$  aumente 40%,  $b$  diminua 10% e  $c$  diminua 30%.

Sejam  $A$ ,  $B$  e  $C$  os novos valores, respectivamente, de  $a$ ,  $b$  e  $c$ , tem-se

- (A)  $C < B < A$ .
- (B)  $C < A < B$ .
- (C)  $B < A = C$ .
- (D)  $A = C < B$ .
- (E)  $A < B < C$ .

**39**

Juliana comprou uma mercadoria no valor de R\$ 450,00 e pagou em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 250,00 no ato da compra e a segunda de R\$ 245,00 um mês após a compra.

A taxa de juros mensal paga por Juliana foi de

- (A) 30%.
- (B) 22,5%.
- (C) 15%.
- (D) 12,5%.
- (E) 10%.

**40**

Joana resolveu fazer uma poupança para uma compra futura e fez um planejamento para 18 meses conforme descrito a seguir:

1. Nos 6 primeiros meses, começando com R\$ 100,00 no primeiro mês e, a cada mês subsequente, R\$ 100,00 a mais do que no mês anterior;
2. Nos 6 meses seguintes, a mesma quantia a cada mês, igual à quantia poupada no 6º mês;
3. Nos 6 últimos meses, a cada mês, R\$ 100,00 a mais do que no mês anterior.

Joana cumpriu seu planejamento rigorosamente.

Ao final de 18 meses, considerando apenas as quantias poupadas, o valor total da poupança de Joana, em reais, foi de

- (A) 1800.
- (B) 3600.
- (C) 7200.
- (D) 11400.
- (E) 12300.

## Conhecimentos Específicos

### Organização do Ministério Público

**41**

Analisando os contornos conferidos ao Ministério Público na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constata-se que tal Instituição:

- I. é definida no capítulo reservado às “Funções Essenciais à Justiça”, o que importa dizer que o Ministério Público deverá intervir sempre que for provocada a função jurisdicional;
- II. abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados e tem a indivisibilidade como um de seus princípios institucionais;
- III. não atua em defesa de interesses individuais e tem como incumbência precípua a proteção dos interesses das entidades públicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**42**

A correta compreensão do princípio da independência funcional e de sua relevância para o cumprimento, pelo Ministério Público, de suas funções institucionais, bem como o estudo da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), permitem concluir que

- (A) os Promotores de Justiça não estão sujeitos à observância de determinações provenientes da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (B) as Procuradorias de Justiça não estão sujeitas a inspeções pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (C) os serviços dos Promotores de Justiça serão permanentemente inspecionados pelos Procuradores de Justiça nos autos em que oficiem.
- (D) ao Conselho Superior do Ministério Público compete sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações aos órgãos de execução, com caráter vinculativo, para melhor desempenho de suas funções.
- (E) a decisão de arquivamento de inquérito policial, proferida pelo Procurador-Geral de Justiça nos casos de sua atribuição originária, não está sujeita à revisão por órgão da Administração Superior do Ministério Público.

**43**

Maria, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi designada para desempenhar funções junto à Justiça Eleitoral.

Considerando a disciplina estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e na Resolução GPGJ nº 2.331/2020, tal atuação do membro

- (A) deverá ser orientada pela defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
- (B) permite o exercício de todas as atribuições do Ministério Público da União.
- (C) importa a participação na composição do Ministério Público Eleitoral, que consiste em ramo do Ministério Público da União e é dotado de autonomia administrativa.
- (D) viola diretamente a garantia da inamovibilidade, que lhe assegura a permanência no órgão de sua titularidade.
- (E) ficará necessariamente restrita à adoção das medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza criminal.

**44**

No exercício de suas atribuições, João, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, instaurou procedimento investigatório criminal com a finalidade de apurar delito que causou profunda comoção à comunidade local.

Durante a condução das investigações, o membro entendeu necessário colher relatos de pessoas que pudessem contribuir para a elucidação da autoria do crime, razão pela qual determinou à Secretaria da Promotoria de Justiça que expedisse notificações para comparecimento de tais pessoas ao Ministério Público.

À luz do disposto na Resolução CNMP nº 181/2017 e na Resolução GPGJ nº 1.678/2011, avalie se, ao executar tal tarefa, o servidor do MPRJ deverá ter em mente que essas notificações

- I. devem ser efetivadas com antecedência mínima de 48 horas, ressalvadas as hipóteses de urgência e respeitadas, em qualquer caso, as prerrogativas legais pertinentes;
- II. devem sempre mencionar o fato investigado, em respeito aos princípios da publicidade e da ampla defesa;
- III. serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça caso tenham como destinatário um desembargador, hipótese em que o notificado poderá fixar data, hora e local em que possa ser ouvido.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

**45**

Com o intuito de instruir inquérito civil instaurado a partir de notícia de frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica em uma cidade do Estado do Rio de Janeiro, Joana, Promotora de Justiça, determinou a elaboração e a expedição de ofícios para requisição de informações a autoridades e órgãos públicos, bem como a entidades privadas.

Para o esmerado cumprimento de tal comando e a adequada instrução dos autos do inquérito civil, os servidores lotados na Secretaria da Promotoria de Justiça deverão observar, inclusive, os preceitos estabelecidos na Resolução GPGJ nº 2.227/2018, segundo os quais

- (A) a juntada aos autos das peças obtidas em resposta aos ofícios deverá observar a ordem cronológica de produção de tais documentos por seus remetentes.
- (B) os prazos fixados para atendimento às requisições serão sempre contados em dias corridos.
- (C) a disponibilização de cópia da portaria de instauração do inquérito civil aos destinatários dos ofícios dependerá de solicitação destes.
- (D) o encaminhamento dos ofícios será sempre promovido pela própria Secretaria, sem a intermediação de outro órgão do Ministério Público.
- (E) os ofícios em questão deverão conter a fundamentação legal, a identificação do expediente, a descrição sucinta de seu objeto, bem como a fixação de prazo razoável para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada.

**46**

Orientado pelo propósito de assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional, José, Promotor de Justiça com atribuição, instaurou procedimento administrativo destinado a embasar atividades em proteção aos direitos da vítima.

Considerando o disposto na Resolução CNMP nº 174/2017 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018, avalie se tal procedimento administrativo:

- I. é o instrumento próprio da atividade-fim para aquela destinação;
- II. deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou finalização de diligências imprescindíveis para a sua conclusão;
- III. por sua natureza administrativa e por embasar atividades não sujeitas a inquérito civil, dispensa a observância de regras de publicidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

**47**

No exercício de suas funções, o servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pode se deparar com o arquivamento de procedimento promovido pelo membro.

Em atenção à disciplina normativa aplicável ao tema, especialmente às resoluções editadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que

- (A) executar as atividades referentes ao arquivamento dos expedientes, de acordo com as normas estabelecidas, é atribuição apenas de alguns dos cargos das carreiras integrantes do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do MPRJ.
- (B) quando o arquivamento for de procedimento de gestão administrativa, destinado à apuração preliminar de notícia de infração disciplinar atribuída a servidor do MPRJ, constará dos assentamentos funcionais dele a anotação relativa ao expediente arquivado definitivamente.
- (C) para decisão acerca da homologação ou não do arquivamento do Procedimento Preparatório Eleitoral, determinado pelo Promotor Eleitoral, a remessa dos autos será direcionada à Procuradoria Regional Eleitoral.
- (D) ao recorrer da decisão de arquivamento de procedimento de investigação criminal a cargo do Ministério Público, a vítima deverá se fazer representar por advogado.
- (E) o arquivamento de procedimento administrativo instaurado para acompanhar o cumprimento de acordo de não persecução cível ocorrerá, como regra, imediatamente após a homologação de tal acordo em juízo.

**48**

Após detida análise de inquérito policial, Ana, membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com atribuição, decidiu por seu arquivamento e, atenta à sistemática estabelecida na Resolução GPGJ nº 2.573/2024, determinou que a Secretaria da Promotoria de Justiça adotasse as providências necessárias à comunicação de tal decisão à vítima do delito, ao investigado, à autoridade policial e ao juízo.

Para o escoreito cumprimento do disposto na citada resolução, a efetivação da comunicação

- (A) à vítima será sempre direcionada à pessoa que sofreu lesão direta causada pela ação ou omissão do agente.
- (B) ao investigado demandará, como regra, o acionamento de Oficial do Ministério Público, para entrega pessoal ao destinatário.
- (C) à vítima importará notificação a respeito do teor da decisão de arquivamento, de modo resumido ou por ementa.
- (D) à vítima poderá ocorrer, em alguns casos, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- (E) ao juízo prescindirá da remessa dos autos do procedimento investigatório.

**49**

Com relação à responsabilização dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- ( ) A responsabilização civil está relacionada à existência de dano/prejuízo, enquanto a responsabilização penal está relacionada à prática de crime ou contravenção.
- ( ) A responsabilização administrativa pode resultar de ações ou omissões comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública que tenham ocorrido fora do desempenho do cargo ou função.
- ( ) A aposentadoria do servidor afasta a possibilidade de aplicação de pena disciplinar como consequência da responsabilização administrativa por ato praticado durante o período em que ele mantinha vínculo funcional com a Administração.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – F – V.
- (E) V – V – F – F.

50

Em comovente mensagem endereçada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, um cidadão narrou que sua filha de 7 (sete) anos de idade teria sido vítima de crime sexual perpetrado no interior da escola que frequentava e que, desde então, sua família vinha sendo perseguida e ameaçada por indivíduos que, respaldados por policiais civis, objetivavam garantir a impunidade dos envolvidos no delito em questão.

Prosseguindo em seu relato, o cidadão contou que, ao buscar atendimento junto à Secretaria da Promotoria de Justiça com atribuição em seu município, foi recebido por uma pessoa que, de forma ríspida e sem informar os dados qualificativos, recusou-se a submeter o caso à apreciação do Promotor de Justiça, por entender que a narrativa era superficial e fantasiosa.

Na mesma ocasião, segundo o narrado pelo cidadão, aquela pessoa prestou-lhe as seguintes informações: (a) o canal para a apresentação de notícia de crime ao MPRJ é exclusivamente a Ouvidoria; e (b) o registro da ocorrência junto à Delegacia de Polícia local não é imprescindível à apuração dos delitos noticiados.

Diante dos fatos acima expostos, é correto afirmar que

- (A) o Procurador-Geral de Justiça deverá encaminhar a documentação recebida à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para apuração da noticiada infração disciplinar por parte de integrante da Secretaria da Promotoria de Justiça.
- (B) se a pessoa responsável pelo atendimento for identificada como estagiário do MPRJ, serão aplicáveis a ela todas as proibições e normas disciplinares a que estão sujeitos os integrantes do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os servidores públicos em geral, enquanto durar o estágio e sob pena de cancelamento sumário deste.
- (C) se a pessoa responsável pelo atendimento for identificada como servidor do MPRJ ocupante de Cargo em Comissão de Assessoramento à Promotoria, sua exoneração poderá ocorrer somente após a regular apuração da noticiada falta funcional por meio de processo administrativo disciplinar.
- (D) se a pessoa responsável pelo atendimento for identificada como servidor do MPRJ ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a conclusão no sentido de que o atendimento aos usuários dos serviços do MPRJ insere-se em seu rol de atribuições dependerá de sua carreira, área de atividade e especialidade profissional.
- (E) todas as informações prestadas ao cidadão pela pessoa que se apresentou como integrante da Secretaria da Promotoria de Justiça, indicadas nos itens “(a)” e “(b)” do enunciado desta questão, foram equivocadas.

## Noções de Direito Administrativo e Direito Constitucional

51

Em razão da prática de atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira, previstos em lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação de sanções às pessoas jurídicas infratoras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público, poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia da reparação integral do dano causado, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé e a impossibilidade da medida de indisponibilidade visar ao pagamento de eventual multa fixada.
- ( ) A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.
- ( ) As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

52

O Estado do Rio de Janeiro pretende construir determinada repartição pública à Rua XYZ, com o objetivo de atender aos anseios da população local. Desta forma, o Governador do Estado, mediante decreto, declarou a utilidade pública da área, visando à desapropriação. Registre-se que o proprietário do imóvel não tem qualquer interesse na solução extrajudicial para a controvérsia posta, afirmando que não há, efetivamente, utilidade pública nas pretensões estatais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e do Decreto-Lei nº 3.365/1941, é correto afirmar que o proprietário da área que será desapropriada tem direito à indenização

- (A) em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo vedado ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- (B) em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, sendo vedado ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- (C) em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, cabendo ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- (D) prévia, justa e em dinheiro, sendo vedado ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- (E) prévia, justa e em dinheiro, cabendo ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

53

Davi, Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi instado a se manifestar em três diferentes mandados de segurança impetrados por particulares, os quais entendem fazer jus a direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.016/2009, analise as hipóteses a seguir.

- I. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, mediante caução.
- II. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- III. Decisão judicial transitada em julgado.

**Não se concederá** mandado de segurança na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

Guilherme, Promotor de Justiça, editou uma instrução, com o objetivo de ordenar a atuação dos agentes públicos que lhe são subordinados, visando à homenagem ao princípio constitucional da eficiência.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, o Promotor de Justiça Guilherme editou um ato administrativo (de)

- (A) de consentimento.
- (B) enunciativo.
- (C) ordinatório.
- (D) de verificação.
- (E) de controle.

55

Lucas, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tem a pretensão de exercer um cargo político. Desta forma, o referido agente público passou a analisar as normas constitucionais que versam sobre a matéria, para tomar uma decisão informada sobre o seu futuro.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, lhe será facultado optar pela sua remuneração.
- II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- III. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica(m)-se a(s) disposição(ões) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Em uma ação de controle concentrado de constitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal, o autor almejava que fosse reconhecida a incompatibilidade da Lei estadual nº X/2024 com a Constituição da República.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que, caso seja reconhecida a inconstitucionalidade do referido diploma normativo no julgamento definitivo de mérito, em regra, ele deixa de produzir efeitos a partir da data

- (A) definida pelo relator.
- (B) do trânsito em julgado.
- (C) da sessão de julgamento.
- (D) da publicação do acórdão.
- (E) de edição da Lei estadual n.º X.

57

O Presidente da República, na percepção do Deputado Federal João, ao editar o Decreto nº Y para regulamentar a Lei federal nº X, teria exorbitado os limites do poder regulamentar, avançando em esfera própria do Poder Legislativo.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar que João pode

- (A) requerer, no âmbito do Congresso Nacional, que sejam sustados os efeitos do Decreto nº Y.
- (B) ajuizar uma ação no âmbito do Supremo Tribunal Federal para que seja declarada a nulidade do decreto.
- (C) requerer, no âmbito do órgão competente do Poder Legislativo, que seja declarada a nulidade do Decreto nº Y.
- (D) requerer que o Presidente da República seja processado pela prática de crime de responsabilidade, o que acarretará a nulidade do decreto.
- (E) requerer que o órgão competente do Poder Legislativo notifique o Presidente da República para que revogue o Decreto nº Y, sob pena de responsabilidade.

58

Ana almejava iniciar uma atividade econômica inovadora, que possibilitava a personalização de serviços de arquitetura com o uso de um sofisticado *software*, que conjugava conceitos técnicos com os interesses do cliente. Ao analisar a lista de serviços reconhecida em lei do Município Alfa, onde exploraria sua atividade, constatou que essa atividade não estava ali inserida, quer a título de permissão, quer a título de restrição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) Ana pode explorar livremente sua atividade econômica em razão da ausência de restrição legal.
- (B) Ana não pode explorar sua atividade enquanto não for suprida a lacuna existente na lei municipal.
- (C) Ana deve requerer que Alfa supra a lacuna legislativa, a qual, não sendo suprida em trinta dias, não obstará a exploração da atividade.
- (D) em razão da consagração da livre iniciativa, a atividade econômica não pode sofrer restrições legais, logo, não há óbice para a atividade de Ana.
- (E) em razão da função social da empresa, a depender do número de vagas de trabalho oferecidas, Ana pode explorar a atividade econômica antes da regulamentação.

59

O Prefeito do Município Alfa, situado em uma região interiorana do Estado Beta, estava prestes a assinar diversos atos de admissão de pessoal na Administração Pública direta do Poder Executivo. No entanto, tinha dúvidas se essas admissões tinham que ser objeto de análise pelo Tribunal de Contas competente, o que o levou a consultar a sua assessoria.

A assessoria respondeu corretamente que

- (A) toda admissão de pessoal deve ter sua legalidade apreciada pelo Tribunal de Contas estadual para fins de registro.
- (B) o Tribunal de Contas estadual não analisa, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão.
- (C) em razão da autonomia municipal, a admissão de pessoal não está sujeita à análise de legalidade, *a priori* ou *a posteriori*, pelo Tribunal de Contas competente.
- (D) apenas a admissão de pessoal para ocupar cargo de provimento efetivo deve ter sua legalidade apreciada pelo Tribunal de Contas estadual para fins de registro.
- (E) apenas a admissão de pessoal para ocupar cargo de provimento efetivo deve ter sua legalidade apreciada pelo Tribunal de Contas do Município Alfa para fins de registro.

60

Após ampla mobilização dos servidores públicos do Estado Sigma, foi apresentado anteprojeto de lei, por meio da Comissão de Participação Legislativa da Assembleia Legislativa, estabelecendo regras para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo. De acordo com essas regras, os servidores que sejam designados para cargos em comissão, ocupando-os por um período mínimo de oito anos, passam a receber os respectivos valores em caráter permanente, juntamente com a sua remuneração regular, mesmo após a cessação da designação.

Após os trâmites devidos no âmbito da Casa Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça analisou a matéria e concluiu corretamente que

- (A) o servidor possui a garantia da irredutibilidade de vencimentos, logo, a proposta é constitucional.
- (B) o regime jurídico dos servidores de Sigma deve ser estatuído pela respectiva Assembleia Legislativa, logo, a proposta é constitucional.
- (C) a proposta somente será constitucional caso o período de designação para o cargo em comissão seja contado em caráter contínuo.
- (D) a possibilidade prevista na proposta somente pode ser reconhecida em lei nacional editada pela União, não em lei editada por Sigma.
- (E) a percepção da remuneração é justificada pelo vínculo funcional, sendo vedada a sua percepção após a cessação desse vínculo, logo, a proposta é inconstitucional.

## Noções de Direito Processual

61

Caio intentou ação em que pleiteava a condenação de Tício a lhe pagar uma obrigação derivada de contrato por ambos celebrado. Depois do juízo positivo de admissibilidade da demanda e do oferecimento da contestação por Tício, Caio ajuizou nova ação, já então pedindo a prolação de sentença que declarasse a existência da mesma obrigação contratual.

Nesse cenário, é correto afirmar que

- (A) há continência entre as ações, devendo os respectivos processos ser reunidos para julgamento simultâneo.
- (B) há conexão entre as ações, devendo os respectivos processos ser reunidos para julgamento simultâneo.
- (C) há continência entre as ações, devendo os respectivos processos tramitar separadamente.
- (D) há conexão entre as ações, devendo os respectivos processos tramitar separadamente.
- (E) há continência entre as ações, devendo o processo relativo à segunda ser extinto sem resolução do mérito.

62

Um servidor público estadual impetrou mandado de segurança, sustentando que a Administração Pública incorrera em omissão ilegal ao não lhe pagar determinada gratificação, que, alegadamente, estava prevista em lei.

Apreciando a petição inicial, que foi distribuída a uma das Varas de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro, o magistrado não só procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda como deferiu a medida liminar requerida pelo impetrante.

Pouco tempo depois, um outro servidor público protocolizou petição nos mesmos autos, alegando ostentar situação jurídico-funcional idêntica à do impetrante. Assim, requereu a sua inclusão no polo ativo da ação mandamental, com a extensão, em seu favor, dos efeitos da liminar concedida anteriormente.

No que concerne ao requerimento formulado pelo segundo servidor público, é correto afirmar que caberá ao juiz

- (A) deferi-lo, pois o seu ingresso no feito se compatibiliza com o princípio da isonomia.
- (B) deferi-lo, pois o seu ingresso no feito se compatibiliza com o princípio da eficiência.
- (C) deferi-lo, pois o seu ingresso no feito se compatibiliza com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (D) indeferi-lo, pois o seu ingresso no feito viola o princípio do juiz natural.
- (E) indeferi-lo, pois o seu ingresso no feito viola o princípio da ampla defesa e do contraditório.

63

Bernardo ajuizou ação de cobrança de obrigação contratual em face de Bianca, tendo a petição inicial sido distribuída a um dos juízos cíveis do foro onde a ré tinha domicílio.

Estando o processo na iminência de ingressar na fase da instrução probatória, a demandada ofertou petição simples, na qual notificava a mudança de seu domicílio, que pertencia a uma outra comarca. Assim, Bianca requereu ao juiz a redistribuição do feito a um juízo cível da comarca que abarcava a sua nova residência.

Nesse contexto, é correto afirmar que o magistrado deverá

- (A) deferir o pleito de Bianca, em observância à regra que fixa a competência do foro do domicílio do réu para ações fundadas em direito pessoal.
- (B) deferir o pleito de Bianca, em observância ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.
- (C) indeferir o pleito de Bianca, haja vista a irrelevância da mudança de seu domicílio.
- (D) indeferir o pleito de Bianca, já que ele deveria ter sido formulado mediante exceção de incompetência.
- (E) indeferir o pleito de Bianca, já que ele deveria ter sido formulado mediante arguição de preliminar na contestação.

64

No que se refere aos prazos processuais, é correto afirmar que

- (A) a parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, ainda que o faça expressamente.
- (B) nos processos em autos eletrônicos, os litisconsortes que tiverem diferentes patronos, integrantes de escritórios de advocacia distintos, terão os prazos contados em dobro.
- (C) o Ministério Público terá o prazo contado em dobro para as suas manifestações, salvo se atuar no feito como fiscal da ordem jurídica, caso em que o seu prazo será simples.
- (D) salvo disposição em contrário, os prazos se contam excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, devendo ser computados apenas os dias úteis, quando fixados em dias.
- (E) o juiz deverá proferir sentença, terminativa ou definitiva, no prazo de quarenta e cinco dias, sob pena de invalidade do ato decisório.

65

André, pessoa civilmente incapaz cuja interdição já havia sido decretada, foi vítima de um atropelamento na via pública, daí lhe tendo advindo lesões corporais graves.

Enquanto André se achava internado no hospital, Antonio, seu irmão, intentou, em seu próprio nome, ação indenizatória em face de Bruno, proprietário e condutor do veículo atropelador. Em sua petição inicial, Antonio justificou a sua inserção no polo ativo da demanda pelo fato de ser curador de André, o qual, ademais, estava hospitalizado. Atribuindo-se, então, a qualidade de substituto processual do irmão, Antonio pleiteou a condenação de Bruno a pagar verbas indenizatórias dos danos morais e estéticos alegadamente sofridos por André.

Apreciando a peça exordial, o juiz da causa procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda e, sem designar audiência de conciliação, ordenou a citação de Bruno para que apresentasse peça contestatória no prazo legal.

Validamente citado, Bruno ofertou a sua contestação, na qual arguiu, como única questão preliminar, a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, já que, segundo sustentou, não fora o culpado pelo atropelamento, mas sim o condutor de um outro veículo, cuja manobra imprudente o fizera desviar repentinamente e atingir André. A peça de bloqueio foi instruída com os registros que Bruno obtivera das imagens captadas pelas câmeras de segurança instaladas na rua, que confirmavam a sua versão acerca da dinâmica do acidente.

É correto afirmar, nesse contexto, que o magistrado

- (A) errou ao proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que, em vez disso, necessariamente deveria ter indeferido de plano a petição inicial, haja vista o vício da ilegitimidade ativa *ad causam*.
- (B) errou ao proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que, em vez disso, deveria ter determinado a vinda de emenda à petição inicial, de modo a se sanar o vício da ilegitimidade ativa *ad causam*.
- (C) acertou ao proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que não lhe cabe aferir de ofício a presença das condições da ação, devendo o tema ser arguido como questão preliminar pela parte ré.
- (D) acertou ao proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, já que ficou configurada a legitimidade ativa *ad causam*, inexistindo qualquer vício processual.
- (E) acertou ao proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, embora lhe caiba, depois, acolher a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida por Bruno.

66

Ana ajuizou ação em que pleiteava a condenação da autarquia previdenciária estadual a lhe conceder pensão que entendia lhe ser devida em razão da morte de determinado servidor público.

Em sua petição inicial, distribuída a uma das Varas de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro, a autora alegou que mantivera por décadas um vínculo de união estável com o servidor, de quem seria dependente financeira. Daí por que, em sua ótica, fazia jus ao benefício pretendido, a despeito do indeferimento de seu requerimento administrativo, pelo ente autárquico.

Concluindo a exposição de seus fundamentos, Ana, além da pretensão deduzida em desfavor da autarquia previdenciária, formulou pedido no sentido de que fosse reconhecida a união estável alegada. E, tendo em vista a formulação desse pleito, afeto à seara do direito de família, a autora também incluiu no polo passivo da demanda os filhos do servidor falecido.

No que diz respeito à cumulação objetiva de ações formulada por Ana, é correto afirmar que o juiz deverá

- (A) indeferi-la, haja vista a incompetência absoluta do juízo fazendário para julgar o pedido de reconhecimento de união estável.
- (B) indeferi-la, haja vista a vedação consagrada na legislação processual à cumulação de ações, por importar em cerceamento do direito de defesa da parte ré.
- (C) deferi-la, pois, embora absoluto o critério de fixação da competência *ratione materiae*, o princípio da eficiência legitima a solução de duas lides em um único processo.
- (D) deferi-la, pois os únicos requisitos legais para a cumulação objetiva de ações são a compatibilidade entre os pedidos e a possibilidade de adoção do procedimento comum para eles.
- (E) deferi-la, pois o critério de fixação da competência *ratione materiae* é relativo, podendo, então, ser derrogado.

67

Em um determinado feito, o autor requereu ao juiz da causa a oitiva de testemunhas, ressaltando a importância desse meio de prova para a elucidação das questões controvertidas.

Contudo, o magistrado indeferiu o requerimento do demandante, aludindo à desnecessidade da dilação probatória pretendida para o esclarecimento dos fatos da causa.

Na seqüência, o juiz julgou antecipadamente o mérito. Consoante a sentença proferida, o pedido formulado na petição inicial foi rejeitado, havendo se consignado, no ato decisório, que a parte autora não tinha se desincumbido do ônus de provar os fatos constitutivos de seu alegado direito subjetivo.

Inconformado, o demandante interpôs recurso de apelação para impugnar a validade da sentença.

É correto afirmar, nesse contexto, que o órgão de segunda instância

- (A) deverá anular a sentença, já que esta violou o princípio do devido processo legal.
- (B) deverá anular a sentença, já que esta violou o princípio da motivação das decisões judiciais.
- (C) deverá anular a sentença, já que esta violou o princípio da isonomia.
- (D) não deverá anular a sentença, já que esta se compatibilizou com o princípio da duração razoável do processo.
- (E) não deverá anular a sentença, já que esta se compatibilizou com o princípio da primazia da resolução do mérito.

68

Um condomínio edifício composto de cinco apartamentos, diante da mora do proprietário de um deles no tocante ao pagamento das cotas condominiais mensais, ajuizou ação de cobrança em face de Otto, menor de dezessete anos que figurava na matrícula da serventia imobiliária como titular da unidade em débito.

A petição inicial foi instruída, além de outros documentos, com o instrumento de mandato outorgado pelo condomínio, representado por seu síndico, ao advogado subscritor da peça. Apreciando-a, o juiz da causa procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da ação e, sem designar audiência de conciliação, ordenou a citação de Otto para que apresentasse peça contestatória no prazo legal.

Validamente citado, Otto ofertou a sua contestação, a qual foi instruída com instrumento procuratório por meio do qual Celio, pai do réu, outorgava, em nome próprio, poderes ao advogado signatário da peça de bloqueio.

Na sequência, o magistrado determinou que o demandado regularizasse a sua representação, anexando aos autos, no prazo de quinze dias, instrumento de mandato em que figurasse como outorgante, ainda que assistido por seu genitor. Mas, a despeito da validade do ato intimatório, ultimado por oficial de justiça, o réu ficou inerte.

Nesse quadro, é correto afirmar que o juiz

- (A) deveria ter determinado a intimação do autor para emendar a petição inicial, para fins de inclusão no polo ativo da demanda dos proprietários das outras unidades, já que o condomínio não tem capacidade de ser parte.
- (B) deveria ter determinado a intimação do autor para anexar instrumento de mandato no qual também constassem as assinaturas dos proprietários das outras unidades.
- (C) não deveria ter determinado a intimação do réu para anexar novo instrumento de mandato, haja vista a regularidade de sua representação processual.
- (D) deverá, diante da postura inerte do réu, julgar extinto o feito sem resolução do mérito.
- (E) deverá, diante da postura inerte do réu, decretar a sua revelia e ordenar o prosseguimento do feito.

69

No que concerne aos poderes e deveres do juiz, é correto afirmar que lhe incumbe

- (A) decretar todas as medidas executivas idôneas necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive coercitivas, salvo se se tratar de ações relativas a prestações pecuniárias.
- (B) determinar, *ex officio* e a qualquer tempo, o comparecimento das partes para inquiri-las sobre os fatos da causa, sob pena de confesso.
- (C) alterar a ordem da produção dos meios de prova, determinando tal flexibilização conforme as necessidades do caso concreto.
- (D) determinar a dilação dos prazos processuais, ainda que já vencido o prazo regular.
- (E) promover a autocomposição, salvo se já tiver findado a instrução probatória, caso em que deverá julgar a lide.

70

Apreciando uma petição inicial, o magistrado procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da ação, e sem designar audiência de conciliação, ordenou a citação do réu para que contestasse a ação no prazo de quinze dias. Sem prejuízo, o juiz deferiu a tutela provisória requerida pelo autor, cominando multa diária em desfavor do demandado, na hipótese de descumprimento da ordem judicial.

A diligência citatória e intimatória efetivou-se por oficial de justiça no dia 10 de dezembro de 2024, tendo o mandado sido juntado aos autos seis dias depois.

Em 18 de dezembro de 2024, o demandado interpôs recurso de agravo de instrumento para impugnar a decisão concessiva da tutela provisória. Em suas razões recursais, procurou ele demonstrar o equívoco do ato decisório de primeiro grau, embora tivesse informado e comprovado ter cumprido a ordem judicial que lhe havia sido dirigida.

Já no dia 23 de janeiro de 2025, o réu apresentou a sua contestação, na qual, sem arguir qualquer questão preliminar, expôs argumentos exclusivamente afetos ao mérito da causa.

Após o oferecimento da réplica, e já tendo sido anexados pelas partes todos os documentos que reputavam pertinentes, o juiz da causa lhes assinou o prazo de trinta dias para que indicassem, justificadamente, outros meios de prova cuja produção porventura ainda pretendessem.

O autor se ficou inerte, mesmo após a sua regular intimação, tendo o réu, por sua vez, requerido a produção de prova testemunhal, o que foi deferido pelo juiz.

Produzida a prova testemunhal, o réu, um dia depois da realização da audiência de instrução e julgamento, ofertou petição simples em que suscitava a ausência de interesse de agir, pugnando, assim, pela extinção do feito sem resolução do mérito.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) ficou configurada a preclusão temporal, para o réu, no tocante ao oferecimento da peça contestatória.
- (B) ficou configurada a preclusão lógica, para o réu, no tocante à interposição do recurso de agravo de instrumento.
- (C) ficou configurada a preclusão temporal, para o réu, no tocante à arguição da ausência de interesse de agir.
- (D) não ficou configurada a preclusão temporal, para o autor, no tocante à produção de provas diversas da documental.
- (E) não ficou configurada a preclusão consumativa, para o juiz, no tocante à apreciação do vício da carência de ação.

## Noções de Informática

71

Mercedes utiliza com frequência, como mecanismo de buscas na internet, um navegador Google Chrome, mas seu mouse apresentou um defeito e não está funcionando adequadamente. Mercedes deve então utilizar um atalho de teclado para executar a função de abrir uma nova janela.

As teclas de atalho que ela deve utilizar são:

- (A) Ctrl + Shift + PgUp
- (B) Ctrl + Shift + N
- (C) Ctrl + W
- (D) Ctrl + N
- (E)  + S

72

Um aluno de uma grande instituição de ensino superior estava escrevendo no seu trabalho de conclusão de curso (TCC) e utilizava o Word como programa de edição de texto, mas ignorou os erros gramaticais indevidamente. Entretanto, antes de entregar o TCC para seu professor ele gostaria de verificar se o texto estava de acordo com as normas gramaticais vigentes. Nesse caso, avalie se o aluno deve:

- I. Abrir o documento novamente, selecionar o menu Arquivo e selecionar Opções > Revisão de Texto > Verificar Documento Novamente.
- II. Abrir o documento novamente, selecionar o menu Arquivo e selecionar em Opções > Limpe as caixas de seleção Marcar erros gramaticais ao digitar e verificar gramática e ortografia.
- III. Para iniciar uma nova verificação ortográfica e gramatical no documento, basta pressionar o conjunto de teclas  + F9.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

73

A criptografia é uma técnica utilizada há centenas de anos para ocultar informações. Atualmente utiliza o conceito de modificar a mensagem de forma que apenas o destinatário possa compreender. Hoje, sistemas web utilizam tais medidas.

Os seguintes protocolos estabelecem uma conexão criptografada entre o navegador e o servidor

- (A) HTTPS e SSL.
- (B) HTTPD e CCS.
- (C) HTTPS e QGI.
- (D) TCP/IP e PKI.
- (E) TCP/IP e OpenSSL.

74

Marcelo digita o relatório de uma peça jurídica no programa Microsoft Word e adicionou uma tabela que deve ter um tamanho específico na largura e na altura para cada célula que segue a recomendação do órgão.

A guia que deve ser usada para ajustar a tabela após sua inserção no relatório é

- (A) referência da tabela.
- (B) design da tabela.
- (C) tabela layout.
- (D) ajudar tabela.
- (E) exibir tabela.

75

Igor precisa repassar os dados de compra de um fornecedor de papel ofício que está em formato de .TXT para um serviço de armazenamento de dados em nuvem.

Em relação ao caso, analise as afirmativas a seguir.

- I. Somente é possível utilizar serviços de nuvem para armazenar informações referentes a arquivos DOC e PDF.
- II. Serviços de armazenamento em nuvem podem ser utilizados para armazenar arquivos como documentos de qualquer tipo de formato.
- III. Serviços de nuvem podem armazenar arquivos que podem ser vistos tanto por Igor quanto seu fornecedor para realizar conferência de informações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

76

Atualmente, cresce a quantidade de empregos na modalidade remota ou híbrida e com isso se ampliam as necessidades de se utilizarem meios para uma navegação segura via web.

Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma medida capaz de evitar invasões em outras contas é repetir o uso de senhas comprovadamente seguras.
- II. O uso de um computador de uma empresa para fins pessoais em geral não constitui ponto de vulnerabilidade na segurança.
- III. O uso de arquivos criptografados para guardar senhas é uma maneira eficaz de resguardar a segurança dos dados empresariais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

77

O sistema de arquivos do Windows nomeia um arquivo em duas partes. A primeira parte identifica o nome do arquivo e a segunda parte indica o tipo do arquivo por intermédio de uma extensão.

São extensões utilizadas para salvar um arquivo de imagem:

- (A) AVI e TIFF
- (B) JPEG e PNG
- (C) PPT e GIF
- (D) PDF e MP3
- (E) GIF e XLS

**78**

Marcela deseja alterar o mecanismo de pesquisa padrão do seu *desktop*. Hoje ela utiliza o sistema de pesquisa do Google, porém necessita utilizar o sistema Bing da Microsoft. Considere o navegador da Microsoft Edge e os passos seguintes para a alteração:

- I. Ir em configurações do navegador > Privacidade, pesquisa e serviços > seção Serviços e selecionar Barra de endereços e pesquisa.
- II. Ir em configurações do navegador > Privacidade, pesquisa e serviços > Gerenciar certificados e escolher o nome do novo navegador.
- III. Ir em configurações do navegador > Privacidade, pesquisa e serviços > Privacidade e desabilitar o navegador atual e escolher o novo.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**79**

Jorge recebeu um arquivo em Word que continha um documento com 11 páginas. Ele necessita imprimir apenas um intervalo de páginas (de 3 a 9).

A função que possibilita a realização dessa ação é:

- (A) Impressão interativa.
- (B) Imprimir todas as páginas.
- (C) Impressão personalizada.
- (D) Imprimir páginas ímpares.
- (E) Imprimir páginas pares.

**80**

A criação de senhas seguras para utilização em sites e contas de aplicativos é de suma importância para a segurança das informações e dados sensíveis nas organizações. Com relação ao uso de senhas, analise as afirmações a seguir.

- I. Recomenda-se criar senhas longas e adicionar caracteres especiais com números letras maiúsculas e minúsculas.
- II. Recomenda-se utilizar caracteres em sequência de teclado e para facilitar a reutilização de senhas, alterar apenas o último caractere.
- III. Recomenda-se não utilizar senhas contendo informações pessoais e evitar compartilhamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

## Prova Discursiva - Redação

### TEXTO 1

Formar as crianças para a autonomia é um grande desafio. Como preparar os menores para assumirem certas responsabilidades, para que consigam ser ativos e participativos nas diversas áreas do desenvolvimento biopsicossocial? Na medida em que a criança cresce e amplia seus recursos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, ela obtém maior inserção no mundo e seu desenvolvimento caminha em direção a uma maior independência. A criança vai se dando conta de que certas coisas são importantes para ela e que pode realizá-las sozinha. Nesse momento, as crianças começam a experimentar a possibilidade de transformar, de criar, de negociar, de questionar aquilo que podem ou não realizar.

Giselle da Silva Fiamoncini. *Desenvolver nossos filhos para a autonomia é possível e saudável*. <https://escoladepais.org.br/>. 20.11.2020. Adaptado.

### TEXTO 2

Proteger o filho de riscos ou problemas que surgem ao longo da infância pode ser importante para garantir a segurança do pequeno, mas quando esse cuidado se torna excessivo e limita o desenvolvimento emocional e a autonomia, principalmente após a chegada da adolescência, pode trazer impactos negativos. Esse é o dilema vivido pelos chamados “pais helicópteros”, termo cunhado pelo psiquiatra americano Jim Fay e pelo educador Foster Cline. Segundo eles, “pais helicópteros” são aqueles que têm uma tendência a monitorar e intervir excessivamente em todos os aspectos da vida dos filhos, como comportamento alimentar, atividades livres, amizades, experiências e, principalmente, estudos.

“Esses pais até acompanham de perto o que a criança veste, como ela come, como passa seus momentos de lazer, como faz suas tarefas, constantemente ‘sobrevoando’ as experiências dos filhos, buscando proteger, tomando para si os seus problemas ou antecipando desafios, muitas vezes sem permitir que a criança viva as consequências de seus atos, desenvolva sua autonomia e independência”, descreve Andrea Nasciutti, psicopedagoga. Comportamentos do tipo podem impactar negativamente o desenvolvimento saudável dos filhos, comprometendo a construção de habilidades cruciais para a vida adulta, como autoconfiança, resiliência e independência.

Gabriela Maraccini. *“Pais helicópteros”: entenda quando o cuidado com os filhos pode ser excessivo*. [www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br). 10.12.2024. Adaptado.

### TEXTO 3

A ausência de um pai, seja física ou emocionalmente, traz grande impacto no desenvolvimento das crianças. Ou seja, não adianta ser o pai que mora sob o mesmo teto que os filhos e não participar de forma ativa da vida deles. Este comportamento se assemelha ao do abandono no nascimento, de acordo com o psicólogo Rafael Frasson. “Somos impulsionados a levar uma vida corrida de trabalho e consumo, sem a preocupação com as pessoas ao nosso redor. Acontece que crianças não têm entendimento sobre status e dinheiro, mas sobre cuidado, carinho e presença, sim”, explica.

A Pesquisa “Atitudes pela Educação”, divulgada pelo movimento “Todos pela Educação”, mostra que 19% dos pais de estudantes são considerados distantes do ambiente escolar e da própria relação com os filhos. Para Frasson, só teremos um futuro melhor enquanto sociedade quando superarmos essas dificuldades de cuidado com os filhos para que eles não se transformem em adultos destruídos psicologicamente. “É muito ruim ver muitos pais terceirizando os cuidados, as obrigações e a criação dos filhos para outras pessoas, formando adultos emocionalmente complicados”, afirma Frasson.

Lídia Gabriella. *Os impactos dos pais presentes, porém ausentes, na vida das crianças e mães*. <https://ndmais.com.br/>. 06.07.2023. Adaptado.

**Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:**

**QUAIS SÃO OS LIMITES DA INTERFERÊNCIA DOS PAIS NA VIDA DOS FILHOS?**

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

4 \_\_\_\_\_

5 \_\_\_\_\_

6 \_\_\_\_\_

7 \_\_\_\_\_

8 \_\_\_\_\_

9 \_\_\_\_\_

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

